



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Aquisição de microcomputadores tipo notebooks de alto desempenho gráfico, conforme as quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

A necessidade de adquirir equipamentos de informática de alto desempenho dedicados à produção audiovisual justifica-se pela demanda hoje existente envolvendo os trabalhos realizados pela equipe da ASCOM e destinados à divulgação de serviços digitais ao cidadão e a campanhas da Justiça Eleitoral.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

Como benefício advindo desta aquisição prevê-se o impulso das atividades relativas à produção e à edição de áudio e vídeo, subsidiando campanhas internas e externas, matérias jornalísticas, conteúdo para redes sociais, entre outros produtos relativos à atividade de multimídia, a fim de atender às demandas de serviços solicitados pelos diversos setores internos e pela Administração, especialmente na cobertura de eventos externos.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<p>I - Para a perspectiva Resultados para a Sociedade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>OERS4 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade: refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.</li></ul> <p>II – Para a perspectiva Processos Internos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>OEPI3 – Promoção da Sustentabilidade: aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.</li></ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>III – Para a perspectiva Aprendizado e Crescimento:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>OEAC3 – Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados: programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.</li></ul>
<b>Instrumentos Estratégicos Setoriais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>IN31 - Manter parque tecnológico atualizado.</li></ul>

### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Assessoria de Comunicação Social, juntados ao Processo Administrativo Eletrônico n. 12.145/2022.

### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Microcomputador tipo notebook de alto desempenho gráfico	3 (três) unidades	3 (três) unidades

### 2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.8. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado é de natureza comum, possuindo características usualmente encontradas no mercado, assim como padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas e constantes do Item 3 - “Especificação Técnica Detalhada” deste documento.

Item	Objeto	Quantidade
1	Microcomputador tipo notebook de alto desempenho gráfico	3 (três) unidades



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.10. Parcelamento e Adjudicação

O objeto pretendido não é tecnicamente divisível sem que haja prejuízo para o funcionamento da solução, não havendo condições, portanto, de parcelamento do objeto. A adjudicação será por item.

### 2.11. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

#### 2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- c) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

#### 2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006, sendo aplicáveis ao objeto a ser licitado os ditames do Decreto n. 7.174/2010.

#### 2.11.3. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão", sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço".

### 2.12. Impacto Ambiental

#### 2.12.1. Dos resíduos sólidos

Para fins de atendimento ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa contratada deverá se responsabilizar pelo mecanismo de logística reversa de componentes ambientalmente perigosos.

#### 2.12.2. Da limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas pelas diretrizes ambientais nacionais. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de Certificado de Rotulagem Ambiental (“Rótulo Ecológico”) emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **OU**
- b) Apresentação de Certificado de conformidade com a Diretiva RoHS, emitido por organismo acreditado pela ABNT, INMETRO ou instituição internacional similar; **OU**
- c) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos quanto à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente.

### **2.12.3. Do desempenho ambiental dos produtos**

Os produtos ofertados devem estar em conformidade com normas ambientais de sustentabilidade. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de Certificado de Rotulagem Ambiental (“Rótulo Ecológico”) emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **OU**
- b) Apresentação de Certificado EPEAT ou indicação de que o equipamento consta do site [www.epeat.net](http://www.epeat.net) na categoria “BRONZE” ou superior; **OU**
- c) Apresentação de Certificado de conformidade com a norma IEEE 1680, emitido por organismo acreditado pela ABNT, INMETRO ou instituição internacional similar; **OU**
- d) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos com as normas ambientais de sustentabilidade nacionais.

### **2.13. Conformidade Técnica**

#### **2.13.1. Da segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética**

Os produtos ofertados devem oferecer segurança ao usuário, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de certificado emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **OU**
- b) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos com os requisitos nacionais de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia.

#### **2.13.2. Da homologação ANATEL**

Os produtos ofertados devem ter Certificado de Homologação da ANATEL para dispositivo sem fio, com validade vigente.

### **2.14. Obrigações da Proponente**

A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos, bem como apresentar amostra do produto cotado, caso esta venha a ser exigida para a verificação de tais requisitos.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **2.15. Obrigações da Contratante**

- 2.15.1. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- 2.15.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, ou seu substituto, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- 2.15.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993; ou 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### **2.16. Obrigações da Contratada**

- 2.16.1. Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;
- 2.16.2. Entregar os produtos à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, em até 60 (sessenta) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
  - 2.16.2.1. Os produtos entregues deverão ser novos (de primeiro uso) e idênticos, com componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;
  - 2.16.2.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens de materiais predominantemente recicláveis, individuais e lacradas, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;
  - 2.16.2.3. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;
  - 2.16.2.4. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;
    - 2.16.2.4.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
    - 2.16.2.4.2. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- 2.16.3. **Dar garantia e prestar assistência técnica local (“on-site”), na sede do TRE-SC em Florianópolis/SC, ao computador e todos os seus componentes, incluindo a bateria, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses após o recebimento definitivo. A garantia da pasta/mochila será a de fábrica.**
  - 2.16.3.1. Obrigar-se a realizar, dentro do prazo de garantia, manutenções corretivas dos



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

equipamentos, ou seja, reparações sob demanda de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias e componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e suas partes, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

- 2.16.3.2. Fornecer peças de reposição durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, de desempenho igual ou superior;
- 2.16.3.3. Disponibilizar atendimento técnico, dentro do horário comercial, para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura do chamado, podendo haver, adicionalmente, disponibilização de sistema de atendimento eletrônico na Internet (web);
- 2.16.3.4. Prestar as assistências técnicas na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;
- 2.16.3.5. A Contratada deverá **solucionar o defeito apresentado em um prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do dia de abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;
- 2.16.3.6. Manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE-SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;
- 2.16.3.7. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- 2.16.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;
- 2.16.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## 3. Especificação Técnica Detalhada

### 3.1. REQUISITOS TÉCNICOS

#### Item 1 – Microcomputador tipo notebook



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### TIPO

- 3.1.1. Microcomputador pessoal portátil tipo “*notebook/laptop*”;

### PROCESSADOR

- 3.1.2. Próprio para o segmento Laptop/Mobile, não sendo aceitos processadores para segmento Desktop;
- 3.1.3. No mínimo, **8 (oito) núcleos físicos totais**;
- 3.1.4. Suporte a conjuntos de instruções de 32 e 64 bits;
- 3.1.5. Suporte a tecnologias de extensões de virtualização;
- 3.1.6. Suporte a memórias tipo DDR4 3200 MHz ou superior;
- 3.1.7. Pontuação “CPU Mark” mínima de **21.000 (vinte e um mil) pontos**, segundo os resultados de benchmark para o processador cotado, publicados no site: [https://www.cpubenchmark.net/CPU\\_mega\\_page.html](https://www.cpubenchmark.net/CPU_mega_page.html);
- 3.1.8. O processador cotado deverá constar na respectiva lista de processadores suportados pelo sistema operacional Microsoft Windows 11, publicadas em:
- Processadores AMD:  
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-amd-processors>;
  - Processadores INTEL:  
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-intel-processors>;
- 3.1.8.1. Alternativamente, será aceita apresentação de declaração emitida pelo fabricante do notebook, atestando a plena compatibilidade com o processador cotado.
- 3.1.9. Sistema de dissipação de calor eficiente e corretamente dimensionado;
- 3.1.10. O processador cotado deve ter data de lançamento a partir do ano de 2021, não sendo aceitos processadores lançados em 2020 ou ano anterior, que tenham atingido fase de fim do ciclo de vida (“*End-Of-Life*”) ou cuja produção tenha sido descontinuada pelo fabricante (“*Discontinued*”);
- 3.1.11. A marca, o modelo/família e o código completo do fabricante para o processador cotado devem estar explicitados na proposta comercial;

### UEFI

- 3.1.12. Compatível com o padrão UEFI, comprovado por meio da presença do fabricante na lista de membros do site do *Unified Extensible Firmware Interface Forum* - UEFI ([uefi.org/members](https://uefi.org/members)), em qualquer categoria (*Promoters, Contributors* ou *Adopters*);
- 3.1.13. Idioma Português ou Inglês;
- 3.1.14. Atualizada e atualizável por software;
- 3.1.15. Compatível com Plug-and-Play e Inicialização segura (“*Secure boot*”);
- 3.1.16. Suporte a senha para acesso;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.17. Suporte à inserção de identificador do equipamento com 8 (oito) dígitos;

3.1.18. Suporte à inicialização (boot) pela rede (PXE) e por interface USB;

### PLACA MÃE

3.1.19. Suporte total às características especificadas para o processador, placa de vídeo, memória e dispositivos de armazenamento;

3.1.20. Plenamente compatível com o processador cotado e tecnologias de extensões de virtualização de I/O;

### PLACA GRÁFICA

3.1.21. Placa de vídeo discreta (“off-board”) com, no mínimo, **6 GB (seis gigabytes) de memória dedicada padrão GDDR6, com largura de interface mínima de 192-bit;**

3.1.22. Compatível com DirectX 12 e OpenGL 4.6;

### MEMÓRIA RAM

3.1.23. Memória RAM instalada de, no mínimo, **32 GB (trinta e dois gigabytes) tipo DDR4 3200 MHz** ou superior, configurada em modo de canal duplo (“Dual Channel”) por meio de 2 (dois) módulos idênticos de memória de 16GB (2x16GB);

### ARMAZENAMENTO

3.1.24. 1 (uma) unidade de disco de estado sólido interna, tipo **SSD M.2 PCIe NVMe, com capacidade de armazenamento mínima de 500 GB** (quinhentos gigabytes), configurada como unidade primária do sistema (boot);

3.1.25. 1 (uma) unidade de disco de estado sólido interna, adicional, tipo **SSD M.2 PCIe NVMe, com capacidade de armazenamento mínima de 1 TB** (um terabyte);

### TELA DE VÍDEO

3.1.26. Tela de vídeo integrada, de painel plano tipo IPS, PLS, WVA ou VA (não sendo aceito painel tipo TN), com acabamento antirreflexivo;

3.1.27. Área ativa com tamanho diagonal mínimo de 15,6” e máximo de 17,3”, na proporção 16:9;

3.1.28. Resolução nativa mínima de 1920 x 1080 pixels (“Full HD”);

3.1.29. **Taxa de atualização mínima de 144 Hz;**

### PORTAS USB

3.1.30. No mínimo, 3 (três) portas USB, sendo, ao menos:

3.1.30.1. 2 (duas) portas USB 3.2 de 1ª Geração (5 Gb/s) ou superior, Tipo-A; e

3.1.30.2. 1 (uma) porta USB 3.2 de 2ª Geração (10 Gb/s) ou superior, Tipo-C, compatível com protocolo DisplayPort, ou 1 (uma) porta Thunderbolt 3 ou superior;

3.1.30.3. Não será aceita a utilização de adaptadores ou soluções externas (por exemplo, HUB USB) para atendimento do requisito.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### INTERFACES DE SAÍDA DE VÍDEO

3.1.31. **1 (uma) porta HDMI 2.1;**

### INTERFACES DE ÁUDIO

3.1.32. Controladora integrada de som estéreo de alta definição;

3.1.33. Alto-falantes duplos integrados;

3.1.34. 1 (um) conector combinado ("combo") ou conectores para entrada/saída de áudio, não sendo aceita solução USB para interface de áudio;

### INTERFACES DE REDE

3.1.35. Controladora integrada de rede Gigabit Ethernet totalmente compatível com os padrões IEEE 802.3, IEEE 802.3u e IEEE 802.3ab;

3.1.36. 1 (uma) porta RJ-45, não sendo aceita solução USB para interface de rede com fio;

3.1.37. Controladora integrada de rede sem fio compatível com padrão Wi-Fi 5 (802.11ac) e suporte a Bluetooth 5.1 ou superior, não sendo aceita solução USB para interface de rede sem fio;

### INTERFACES DE ENTRADA

3.1.38. Teclado integrado, padrão brasileiro ABNT2 (Português Brasil) ou americano (Inglês Internacional);

3.1.39. Painel apontador tátil ("touchpad") integrado ao chassi, com suporte a multitoques;

### CHASSI

3.1.40. Características de circulação de ar para refrigeração adequadas, considerando os componentes a serem instalados no equipamento;

3.1.41. Microfone e câmera frontal com resolução HD ou superior, embutidos ao chassi;

3.1.42. Predominantemente nas cores preta, grafite, cinza ou branca;

3.1.43. Chassi do mesmo fabricante do equipamento fornecido, sendo aceito o regime de OEM (*Original Equipment Manufacturer*);

3.1.44. Base ou pés em material antiderrapante;

### FONTE E BATERIA

3.1.45. Alimentação elétrica por adaptador externo automático 100-240 VCA / 50-60 Hz, com potência adequada ao perfeito funcionamento do notebook;

3.1.46. Cabo de força com conector macho padrão brasileiro NBR 14136;

3.1.47. Bateria com, no mínimo, 3 (três) células e capacidade de 59 Wh ou superior;

### SISTEMA OPERACIONAL

3.1.48. Cada equipamento deve incluir 1 (uma) licença perpétua do sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro 64-bit Português-Brasil OU licença perpétua do sistema Microsoft Windows 11 Pro 64-bit com direitos de downgrade para Windows 10 Pro 64-bit Português-Brasil, não sendo aceita



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

versão “Trial” ou similar, devendo oferecer plenos direitos de atualização do sistema;

3.1.49. Chave de ativação da licença deve ser gravada na UEFI;

### SEGURANÇA

3.1.50. Módulo de Plataforma Confiável - TPM (*Trusted Platform Module*) versão 2.0 ou superior, com implementação discreta, integrada ou de firmware;

3.1.50.1. Alternativamente ao TPM, será aceito produto que comprovadamente suporte a ativação do recurso Intel *Platform Trust Technology* (PTT) ou AMD *Firmware Trusted Platform Module* (fTPM) nos sistemas operacionais Microsoft Windows 10 e 11;

3.1.51. Cada notebook deverá acompanhar 1 (uma) pasta/mochila para transporte, confeccionada em material resistente, que comporte o notebook e a fonte de alimentação;

### COMPATIBILIDADE

3.1.52. Compatível com os sistemas operacionais Microsoft Windows 10 Pro 64-bit e Microsoft Windows 11 Pro 64-bit;

3.1.53. Homologado pela ANATEL para dispositivo sem fio;

### SUSTENTABILIDADE

3.1.54. Os produtos ofertados devem atender às normas ambientais de sustentabilidade e aos requisitos de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia estabelecidos pelas normas aplicáveis;

3.1.55. Os produtos devem ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais, lacradas e originais do fabricante, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;

### OUTROS REQUISITOS

3.1.56. Todos os computadores deverão possuir componentes novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir peças internas e externas com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;

3.1.57. Não devem ser usadas configurações que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como alterações de frequência de clock (*overclock*), características de disco ou de memória, bem como uso de recursos não recomendados pelo fabricante para a garantia da vida útil do equipamento;

3.1.58. Estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;

3.1.59. Produtos fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, acompanhando todos os acessórios, drivers e componentes (cabos, etc.);

3.1.60. Todas as licenças referentes a softwares e/ou drivers solicitados devem, se necessário, estar registradas para utilização do TRE-SC em modo definitivo (perpétuo), não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### GARANTIA

3.1.61. **A Contratada deverá dar garantia e prestar assistência técnica local (“on-site”), na sede do TRE-SC em Florianópolis/SC, ao computador e todos os seus componentes, incluindo a bateria, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses após o recebimento definitivo.**

3.1.62. A garantia da pasta/mochila será a de fábrica;

### INFORMAÇÕES DE PROPOSTA

#### 3.1.63. Deverá ser informado na proposta:

- Marca e modelo/código do processador cotado; e
- Marca e modelo/código do computador cotado.

#### 3.1.64. Deverá acompanhar a proposta:

- a) Catálogos, fichas técnicas ou outros documentos relativos ao produto cotado, nos quais constem as informações necessárias à comprovação do atendimento às especificações técnicas exigidas, preferencialmente indicando em quais catálogos/documentos se encontram as informações técnicas para a comprovação. Em caso de dúvida, o TRE-SC poderá solicitar à proponente informações adicionais para a devida atestação do atendimento aos requisitos técnicos exigidos;
- b) 1 (um) documento comprobatório de limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente (vide subitem 2.12.2);
- c) 1 (um) documento comprobatório de desempenho ambiental (vide subitem 2.12.3);
- d) 1 (um) documento comprobatório de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética (vide subitem 2.13.1).

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

N/A.

### 3.3. Códigos SIASG

Código: 462904.

### 3.4. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

### 3.5. Modelos de Documentos

Os modelos de documentos utilizados ao longo do contrato pelo Contratante e pela Contratada estão descritos no Anexo III.

Florianópolis, 10 de novembro de 2022.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

A função de Gestor do Contrato caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC (SGATI), ou seu substituto, ou seu superior imediato, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 68, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-7459 e endereço eletrônico: [csit-sqati@tre-sc.jus.br](mailto:csit-sqati@tre-sc.jus.br).

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- 1.2.1. A Contratada deve entregar os notebooks à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, **em até 60 (sessenta) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado** pelos representantes do TRE-SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 1.2.2. A Contratada deverá disponibilizar atendimento técnico para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, dentro do horário comercial, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura dos chamados;
- 1.2.3. A Contratada deverá prestar as assistências técnicas na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, localizada à Rua Esteves Júnior, n.º 68, 2º andar, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;
- 1.2.4. A Contratada deverá solucionar o defeito apresentado em um prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do dia da abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;
- 1.2.5. A Contratada deverá manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE-SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;
- 1.2.6. A Contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

#### 1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

#### 1.4. Prazos de Garantia



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.4.1. **A Contratada deverá dar garantia e prestar assistência técnica local ("on-site"), na sede do TRE-SC em Florianópolis/SC, ao computador e todos os seus componentes, incluindo a bateria, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses após o recebimento definitivo. A garantia da pasta/mochila será a de fábrica.**
- 1.4.2. É obrigação da Contratada a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos produtos, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 1.4.3. Dentro do prazo de garantia, a Contratada obriga-se a realizar manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações, sob demanda, de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias, placas e demais componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e de suas partes, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 1.4.4. A Contratada deverá fornecer peças de reposição originais durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, também originais, de desempenho igual ou superior;

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

- 1.5.1. A comunicação entre o TRE-SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico, e-mail ou pessoalmente, no local da prestação dos serviços.
  - Seção de Gestão de Ativos de TI
  - Titular da Chefia: Sr. Gilberto José Rossa Júnior;
  - Telefone: (48) 3251-7440;
  - Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;
  - E-mail: [csit-sqati@tre-sc.jus.br](mailto:csit-sqati@tre-sc.jus.br).
- 1.5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da entrega do objeto e da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pelo titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato.
- 1.5.3. A Fiscalização terá autoridade para:
  - a) Solicitar a imediata retirada de qualquer membro da equipe da Contratada que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às orientações do Gestor do Contrato, não implicando em modificações de prazo ou de condições contratuais;
  - b) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
  - c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
  - d) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução;
- 1.5.4. A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após os serviços.
- 1.5.5. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à SGATI/CSIT/STI do TRE-SC.

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.6.1. Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.
- 1.6.2. Os materiais entregues serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.
- 1.6.3. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.
- 1.6.4. O recebimento definitivo dar-se-á em até:
  - a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.7. Pagamento

- 1.7.1. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:
  - a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

- 1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
  - a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
  - b) Não entregar a documentação exigida no edital;
  - c) Apresentar documentação falsa;
  - d) Causar o atraso na execução do objeto;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas; e
- j) Cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) Não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) Deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) Não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) Falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) Fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) Comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) Cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021;

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas "a", "b", "d" e "e" do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021;

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;
- 1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;
- 1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;
- 1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
  - a) No caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
  - b) No caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
  - c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.
- 1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos objeto desta licitação, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.
  - 1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.
  - 1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.
- 1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
  - 1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.
  - 1.11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.11.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.